

Inquérito Civil n. 06.2019.00002512-1

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00002512-1, com atribuição na área da Defesa do Consumidor, e o estabelecimento **Comercial Alexfer Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 02.736.391/0001-32, sediado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, n. 1740, bairro Vila Beatriz, Maracajá/SC, neste ato representado pelo Sr. Alexandro Medeiros da Silva, natural de Criciúma/SC, nascido em 13.12.1977, filho de José Inácio da Silva e de Fátima Izabel de Medeiros Silva, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**:

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos e individuais homogêneos prevista no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, nos artigos 81, parágrafo único, incisos I e III, e 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, no artigo 26, inciso I, da Lei n. 8.625/93, e nos artigos 5º, 6º e 7º da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que, em obediência ao artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, no sentido de instar o Estado a promover, “na forma da lei, a defesa do consumidor”, foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor [Lei n. 8.078];

**CONSIDERANDO** ser direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos [artigo 6º, inciso I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor];

**CONSIDERANDO** que o Código de Proteção e Defesa do

Consumidor, em seu artigo 18, § 6º, inciso I, dispõe que "são impróprios ao uso e consumo: os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos";

**CONSIDERANDO** que o § 1º do artigo 55 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias";

**CONSIDERANDO** que, no dia 19.4.2019, Fiscais da Vigilância Sanitária Municipal de Maracajá/SC, por meio de ação fiscalizatória, constataram algumas irregularidades no estabelecimento **COMPROMISSÁRIO**, conforme se verifica do Auto de Intimação n. 32215631517/19 [fls. 4-25]

### **RESOLVEM**

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E DA COMPROVAÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

**Cláusula 1ª:** O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer consistente em manter o cumprimento das exigências exaradas pelas autoridades sanitárias no que toca às irregularidades constatadas durante vistoria efetuada em seu estabelecimento comercial, conforme descrito no Auto de Intimação n. 32215631517/19, e já sanadas no Relatório de Inspeção n. 322156178297/20 da VISA Municipal de Maracajá/SC;

**Cláusula 2ª:** O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer consistente em comercializar [receber, ter em depósito, vender etc.] somente

produtos próprios e adequados ao uso, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos, no que se refere a prazo de validade, procedência, selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento;

**Cláusula 3ª:** Para a comprovação do descumprimento do avençado nesta cláusula primeira, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

### **MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO**

**Cláusula 5ª:** O **COMPROMISSÁRIO**, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados aos direitos difusos e individuais homogêneos tutelados pelo presente instrumento, pagará, o valor de R\$ 2.000,00 [dois mil reais], parcelado em 4 [quatro] vezes, vencendo a primeira parcela em 10.3.2022, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina [FRBL], CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, cujos boletos serão entregues nesta data.

**Parágrafo único:** Para comprovação do cumprimento desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia do[s] comprovante[s] de depósito em até 10 [dez] dias corridos após a data de pagamento.

### **DA MULTA COMINATÓRIA**

**Cláusula 6ª.** Pelo descumprimento, no futuro, de quaisquer das obrigações ora assumidas o **COMPROMISSÁRIO** pagará ao FRBL, mediante depósito na conta corrente apontada na **Cláusula 5ª**, o valor de R\$ 1.000,00 [um mil reais], reajustado pelo INPC.

A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

### **COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Cláusula 7ª:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** obriga-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

### **DO FORO**

**Cláusula 8ª:** As partes elegem o foro da Comarca de Araranguá/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 [duas] vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Araranguá, 25 de fevereiro de 2022.

[Assinatura digital]

**LEONARDO CAZONATTI MARCINKO**  
Promotor de Justiça

**ALEXANDRO MEDEIROS DA  
SILVA**

Compromissário